



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Resumo Reunião 3º Câmara Técnica Justiça Climática

Data: 15/03/2024

Local: Microsoft TEAMS (virtual)

Lista de Presença

Setor	Nome	Representação	Órgão
1 - Governo Federal	Ana Amélia Campos Toni	Presidente	MMA
1 - Governo Federal	Márcia Muchagata	Suplente 2ª Vaga	MDS
2 - Governos Estaduais	Jussara de Lima Carvalho	Titular 1ª Vaga	São Paulo
2 - Governos Estaduais	Fabrcia Arruda Moreira	Suplente 1ª Vaga	Amazonas
2 - Governos Estaduais	Juliana dos Reis	Titular 2ª Vaga	Espírito Santo
3 - Governos Municipais	Fernanda Brocca	Suplente 1ª Vaga	Anamma Sul
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	João Paulo Amaral	Titular 1ª Vaga	Alana
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Rubens Born	Titular 2ª Vaga	ESQUEL
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Maria Heloisa Dias	Suplente 2ª Vaga	IA RBMA
5 - Setor Empresarial	Murilo Araújo	Suplente 1ª Vaga	FNBF
5 - Setor Empresarial	Juliana Borges de Lima	Suplente 2ª Vaga	CNI
Convidado MMA	Marcela Moraes	Diretora Dsisnama	MMA
Convidada MMA	Tacius Fernandes	Chefe da Assessoria	MMA
Convidado MMA	Thiago Longo Menezes		MMA
Convidada MMA	Camila Neves Soares Oliveira		MMA
Convidado MMA	Karen de Oliveira Silverwood-Cope		Casa Civil
Convidada MMA	Diogo Victor Santos		
Convidado MMA	Patrícia Boson		CNT
Convidada MMA	Muriel Saragoussi		FVA
Convidado MMA	Cristina Amorim		
Convidada MMA	Andrea Figueiredo		
Convidado MMA	Mário Cardoso		CNI

1. Abertura

Após a verificação do quórum, a reunião foi aberta pela Secretária Ana Toni, que apresentou os temas da pauta:

- 1- Atualização sobre as propostas de resoluções: Secretaria Nacional de Mudança do Clima e Instituto Alana.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- 2- Mobilização para a construção de propostas adicionais.
- 3- Conferência Nacional de Meio Ambiente.

2. Atualização sobre a construção das propostas de resoluções: Secretaria Nacional de Mudança do Clima e Instituto Alana, e mobilização para a construção de propostas adicionais.

(OBS: As pautas 1 e 2 foram tratadas conjuntamente)

- **Diretora Marcela:** Esclareceu sobre o fluxo das resoluções no Conama e sobre as atividades das câmaras técnicas. Esclareceu também que as competências da Câmara Técnica de Justiça Climática estão estabelecidas pelo Regimento Interno do Conama, no Artigo 31, Inciso IV, e que o CIPAM determina para onde as resoluções seguirão no Conama após a análise de admissibilidade.
- **Conselheira Jussara e conselheiro Murilo:** Apresentaram considerações relativas à necessidade de delimitação do tema da câmara técnica.
- **Secretária Ana Toni:** Considerou estar claro que o contorno da câmara técnica envolve a mudança do clima e justiça climática, que são temas complexos e abrangentes, que desafiam a política climática brasileira e que essa câmara técnica poderá ajudar a progredir.
- **Conselheiro João Paulo:** Ressaltou a importância da Câmara Técnica se ater ao que já está posto pelo decreto e que no Regimento Interno está claro. O que de fato poderia ser construído em volta disso seria qualificar, conforme o Regimento Interno, e trazer conceitos, critérios e padrões relacionados à vulnerabilidade climática e à mudança climática. Lembrou de um estudo interno sobre o histórico e a relação do Conama com o tema de mudança climática e uma moção que citou o tema da educação climática, mas que não havia mais nada além disso. Considerou que havia um atraso nesse tema e recomendou ao grupo se firmar nas proposições que precisavam avançar, pois havia muita coisa para avançar.
- **Conselheiro Rubens Born:** Considerou que o Regimento está claro e propôs ao grupo ser pragmático e trabalhar naquilo que o Regimento já permite trabalhar.
- **Conselheira Jussara:** Relatou que fez reunião com setores e que não estava muito claro o objetivo desta câmara técnica. Concordeu com o atraso no tema e concluiu pelos encaminhamentos de acordo com o Regimento.
- **Diretora Marcela:** Considerou que os tramites partem dos conselheiros e que a definição das competências do Conama não é dada pela câmara técnica, ela está na legislação, mas que não é o escopo da câmara técnica definir a competência do Conama. A câmara técnica tem um papel analítico e a deliberação final cabe ao plenário. O Conama estimula os conselheiros a fazerem o exercício de reverem as resoluções que precisam ser revistas, que precisam ser propostas, as lacunas de regulação que se tem para que sejam propostas ao CIPAM.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Secretária Ana Toni:** Esclareceu o MMA está preparando algumas resoluções que serão encaminhadas e pediu para o Thiago Longo (MMA) esclarecer sobre quais seriam essas resoluções.
- **Thiago Longo (MMA):** Esclareceu que a primeira resolução seria sobre as salvaguardas socioambientais dentro da resolução que trata das eólicas on-shore e que seria uma inclusão dentro de uma resolução já existente, que é a Resolução 462. Uma outra resolução seria sobre a avaliação dos gases de efeito estufa dentro do processo de licenciamento. A terceira resolução seria sobre energias eólicas off-shore. Seriam essas três resoluções que estão sendo trabalhadas em conjunto entre o MMA e área de licenciamento do IBAMA.
- **Secretária Ana Toni:** Esclareceu que essas propostas estão em fase final de elaboração e que deverão voltar para a câmara técnica, mas vão passar primeiro pelo CIPAM e lá seria analisado se caberia ao Conama ou não esses temas propostos, se o escopo e a documentação estão adequados, a justificativa e se após analisados seriam distribuídos para a câmara técnica. Caso seja considerado adequado e enviado para a câmara técnica será preciso organizar um grupo de trabalho para estudar a matéria e fazer propostas de melhorias, mudanças, e a partir disso ir para o pleno. Essas três propostas têm a ver com o escopo desta câmara técnica de mudança do clima e justiça climática. A primeira está quase pronta para ser enviada ao CIPAM, que é sobre as salvaguardas socioambientais das eólicas on-shore, e as outras duas espera que em breve, nos próximos 40 ou 50 dias, sejam enviadas ao CIPAM. Complementou também que é sabido que a Alana está trabalhando em outras resoluções, porque isso já foi informado e convidou o conselheiro João Paulo para falar sobre isso.
- **Conselheiro João Paulo:** Primeiramente esclareceu sobre o papel dos conselheiros de abrir espaço para que outras organizações e grupos que queiram trazer suas propostas, trabalhar nisso. Eles têm procurado e essa intermediação tem sido feita. Considerou que de fato há um grupo que tem trabalhado o racismo ambiental e a justiça climática e que tem acompanhado o Plano de Adaptação Climática para ter esse olhar das populações mais vulnerabilizadas e comentou sobre uma resolução que propõe essa conceituação das populações mais vulnerabilizadas, os princípios e diretrizes e outras disposições para isso. Comentou sobre uma outra resolução relacionada com outra câmara técnica que se tornou um “guarda-chuva” de vários temas, que é sobre a política de educação climática no Brasil, principalmente no aspecto de estabelecer diretrizes e formas de buscar atuação neste tema. Ressaltou que as políticas que temos hoje de educação ambiental não tem uma menção direta à isso, a não ser uma mudança que aconteceu no ano retrasado de uma campanha “junho verde” que citava as mudanças climáticas, mas não é uma matéria que seja tratada de forma explícita, então exige diretrizes e orientações para esse sentido e que fale justamente de tratar de populações vulneráveis que precisam ter um cuidado para a educação, como se preparar para um desastre climático, como se preparar para um futuro que vai ser muito mais rigoroso para essas populações e para as crianças e adolescentes.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Então é isso que está sendo proposto pela Coalisão Brasileira Para a Educação Climática. E são grupos que tem uma representatividade e um respaldo para trazer isso.

- **Secretária Ana Toni:** Perguntou se outros conselheiros gostariam de dividir com o grupo as propostas que tenham a intenção de encaminhar.
- **Conselheira Patrícia:** Solicitou que fosse compartilhado com todos o documento enviado ao Conama para que todos pudessem entender o ponto de vista e que tem uma lista de propostas que entende que poderiam ser desenvolvidas a partir da câmara técnica, embora elas não tenham o formato de propostas, apenas com títulos. São sugestões dos dois setores empresariais que ocupam as vagas na câmara técnica, que é o Setor Florestal e a Confederação Nacional de Transportes, titular da pasta.
- **Conselheira Jussara:** Manifestou que a Abema começou a trabalhar em uma resolução para energias renováveis, considerando não só a eólica on-shore e a eólica off-shore, mas também a solar, que tem muitos problemas socioambientais e também a questão do Plano de Transição Energética Nacional. O Rio de Janeiro pontua de forma muito forte, que dentro dessa transição precisam ser considerados os empregos na energia proveniente do petróleo. Então estão trabalhando no sentido de considerar a transição energética como um todo.
- **Diretora Marcela:** Esclareceu que o DSisnama está aberto como um canal de suporte para os conselheiros que precisem desse apoio na formulação e na transformação de uma ideia em uma minuta. Se houver alguma dificuldade técnica poderá ser oferecido esse suporte, se necessário.
- **Conselheiro Rubens Born:** lembrou o disposto para a câmara técnica no Regimento sobre os conceitos, critérios e padrões relacionados aos territórios e às populações em situações de vulnerabilidade climática. E que ele representa o FBOMS e é diretor da Fundação ESQUEL que trabalham sobretudo com o semiárido e com o combate à desertificação. Saudou a reinstalação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação por meio de decreto promulgado há algumas semanas. Considerou que o semiárido tem uma população bastante vulnerável e que sofre bastante com impactos de mudança do clima agravados na seca e que foram preparadas duas notas técnicas que estão praticamente prontas e que devem ser encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente e possivelmente ao Conama. Gostaria de trazer estudos que repercutiram recentemente, estudos da Universidade Federal do Alagoas em parceria com o IMPE mostrando o surgimento de regiões áridas naquilo consideravam ser o semiárido. Ressaltou que a Convenção de Combate à Desertificação entrou em vigência há muitos anos (o Brasil sediou uma COP em 1998) e que estão vendo surgir essas áreas secas fora do semiárido geográfico em outras regiões do país e isso traz vulnerabilidades adicionais, ameaças climáticas e desafios de adaptação que supõe que estejam sendo tratados do ponto de vista dos 15 planos setoriais de adaptação. Considerou que há um entendimento na fundação de que os polígonos das áreas onde deve ser aplicada a Convenção de Desertificação depende ou de portaria ou de instrução normativa ou de alguma resolução do Conama definindo quais os municípios que devem



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

ser abrangidos e observados tanto pela União como pelos estados e municípios no sentido de combate à desertificação e para adoção de medidas de adaptação. Então talvez em breve devamos aguardar o Plano de Adaptação ficar pronto e vai ter consulta pública em outubro, mas em algum momento este ano ou no ano que vem deve ser instituído um grupo de trabalho ou convidar membros da Comissão Nacional de Combate À Desertificação ou técnicos que possam fazer uma apresentação nessa câmara técnica de como relacionar mudança do clima com os esforços de combate à desertificação, tendo em vista a vulnerabilidade da população na região semiárida. No momento não tem uma proposta de resolução, mas ressaltou a grande preocupação com o tema, uma vez que a Fundação ESQUEL trabalha há mais de 30 anos com o semiárido, então manifestou a intenção de que antes da COP 30 no Brasil, que não será só sobre a Amazônia, que possam também cuidar de outros biomas muito suscetíveis aos impactos da mudança do clima e nos quais as medidas de adaptação serão muito importantes.

- **Secretária Ana Toni:** Esclareceu que está sendo visto no MMA maneiras de estabelecer relação entre as três convenções: mudança do clima, biodiversidade e desertificação, e que vão trabalhar nisso. Esse ano tem a Conferência da Desertificação e a Conferência da Biodiversidade também e se os membros do Conama tiverem interesse poderia ter uma fala dos coordenadores do MMA para contar o que vai acontecer nessas duas conferências, de desertificação e de biodiversidade, em uma próxima ocasião.

3. Apresentação sobre a Conferência Nacional de Meio Ambiente.

- **Assessor Tacius:** Fez a apresentação sobre a Conferência Nacional de Meio Ambiente, que terá como tema a emergência climática e o desafio da transformação ecológica, que vai acontecer depois de 11 anos sem ser realizada. Ressaltou a expectativa de envolver 400.000 pessoas nesta conferência. A previsão é de que seja realizada entre os dias 10 até 14 de dezembro. A comissão organizadora deverá ter a representação do Conama, obrigatoriamente. Considerou que a Conferência será um momento importante de mobilização para apresentação do Plano Clima para a sociedade. Foi apresentado o calendário de atividades.
- **Conselheiro Rubens Born:** Ressaltou que há uma expectativa muito grande de poder contribuir com a comissão de organização da conferência.
- **Secretária Ana Toni:** Ressaltou a importância do engajamento de todos para a priorização do tema de clima.
- **Conselheiro João Paulo:** Perguntou se a conferência juvenil vai seguir o mesmo calendário e propôs uma reflexão (que foi compartilhada com as entidades ambientalistas) sobre o papel do Conama na discussão ou preparação da COP 30.
- **Diretora Marcela:** Informou que participou de um grupo de trabalho sobre a política para os colegiados nacionais e conselhos e sobre a política para as conferências. Foi um grupo



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

interministerial, com representantes de todos os ministérios, que debateram esses dois temas e saiu hoje (no dia da reunião) o relatório final desse grupo de trabalho com uma série de recomendações. Muitas delas relacionam-se com a composição dos conselhos, mas uma das coisas discutidas foi a relação entre conselhos e conferências. Entende que historicamente alguns conselhos têm mais proximidade com conferências e isso confere garantias de continuidade às conferências que não dependem só da gestão que está no governo. Considerou que vale a pena fazer essa reflexão no Conama e que a Ana Toni está fazendo esse esforço de trazer a discussão para a câmara técnica, mas entende que tem que levar a discussão para o Conama como um todo, sobre a relação entre o conselho e conferências. E dentro da conferência, um dos eixos de discussão proposto é sobre a governança ambiental e a necessidade de institucionalização para garantir a permanência das conferências e a continuidade. Ressaltou a importância de isso vir da base, e que todos os setores consigam fazer uma reflexão sobre isso para que se possa envolver o conselho como um todo e não só na organização da conferência, mas com o cuidado com os desdobramentos que saem dela e a organização das próximas para que isso não seja um evento, que seja um processo que tem a ver com a ideia de trazer a cidadania para a política ambiental, de levar para os territórios o debate da política nacional. É a maior experiência que se tem de capilarização sobre o debate da política ambiental envolvendo 400.000 pessoas, é uma meta muito grandiosa e isso só será possível com o envolvimento de todos.

- **Secretária Ana Toni:** esclareceu que a conferência infanto-juvenil é em novembro. E sobre os pontos levantados pela Marcela considerou que talvez os pontos de deliberação da Conferência Nacional de Meio Ambiente possam vir para a CTJC para ter um debate para analisar o que sai da conferência, para entender o papel do Conama nas recomendações. Então se todos concordarem, entende que poderiam se programar para ao final da conferência trazer para a CTJC fazer um debate qualificado sobre as resoluções que saírem e o que poderiam dar continuidade.
- **Assessor Tacius:** Esclareceu que a Conferência Juvenil é um processo diferente da Conferência Nacional. E que o objetivo seria subsidiar o debate e a implementação do Plano Clima que está sendo construído a várias mãos em um processo democrático. Esclareceu que foi feito um TED com a UNB e o CDS para o texto base e a metodologia do evento. E na próxima semana deverá ser entregue essa metodologia.
- **Secretária Ana Toni:** esclareceu que o Brasil Participativo, ligado à presidência da república também está trabalhando para ajudar nessa escuta da sociedade sobre o Plano Clima e fazer sugestões.

4. Resultado:



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- Foram feitas as atualizações sobre as propostas de resoluções da Secretaria Nacional de Mudança do Clima e do Instituto Alana.
- Foi pactuado o envio para os conselheiros da CTJC do documento encaminhado pela CNT.
- Foi feita a apresentação sobre a Conferência Nacional de Meio Ambiente pelo Taciús e proposto pela Secretária Ana Toni para a CTJC se programar para que ao final da Conferência Nacional de Meio Ambiente seja feito um debate qualificado sobre as resoluções que saírem e o que poderia dar continuidade.